

**Augusto Tanger Jardim
Felipe Camilo Dall'Alba
João Paulo Kulczynski Forster
Luis Alberto Reichelt**
Coordenadores

Primeiras linhas de **Direito Processual Civil**

Volume 5 – Procedimentos Especiais

Alexandra Mattos
Ana Carolina de Oliveira Quintela
Augusto Tanger Jardim
Conrado Paulino da Rosa
Dárcio Franco Lima Júnior
Eduardo Scarparo
Felipe Camilo Dall'Alba
Fernanda Nunes Barbosa
Fernando Rubin
Gisele Mazzoni Welsch
Guilherme Beux Nassif Azem
Guilherme Tanger Jardim
Hilbert Obara
Jaqueline Mielke Silva
Jefferson Carús Guedes
João Paulo Kulczynski Forster
José Tadeu Neves Xavier
Juliana Leite Ribeiro do Vale
Juliano Colombo
Luis Alberto Reichelt
Maria Lúcia Baptista Morais
Miguel do Nascimento Costa
Valternei Melo



Conselho Editorial
André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugenio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Morais
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheimer
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P953 Primeiras linhas de direito processual civil : volume 5 : procedimentos especiais /
Augusto Tanger Jardim, Felipe Camilo Dall'Alba, João Paulo Kulczynski
Forster, Luis Alberto Reichelt, coordenadores ; Alexandra Mattos ... [et al.].
– Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2020.
293 p. ; 23 cm.
Inclui bibliografia.
Conteúdo: v. 5. Procedimentos especiais.
ISBN 978-85-9590-088-2

1. Direito processual civil - Brasil. I. Jardim, Augusto Tanger. II. Dall'Alba,
Felipe Camilo. III. Forster, João Paulo Kulczynski. IV. Reichelt, Luis Alberto. V. Pro-
cedimentos especiais.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 347.8105

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito processual civil : Brasil

347.91/.95(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Sumário

Apresentação	15
1. Teoria geral dos procedimentos especiais.....	17
<i>Eduardo Scarparo</i>	
1.1. Noções gerais.....	17
1.2. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	19
1.3. Procedimentos especiais como meio de obtenção da tutela adequada.....	21
2. Ação de consignação em pagamento.....	24
<i>Maria Lúcia Baptista Moraes</i>	
2.1. Noções gerais.....	24
2.2. Hipóteses legais.....	27
2.3. Procedimento da consignação em pagamento.....	28
2.4. Consignação judicial e extrajudicial.....	29
2.5. Levantamento do depósito.....	34
2.6. Resposta do réu.....	35
2.7. Complementação de depósito.....	36
2.8. Julgamento.....	37
3. Ação de exigir contas.....	39
<i>João Paulo Kulczynski Forster</i>	
3.1. Noções gerais.....	39
3.2. Procedimento.....	39
4. Ações possessórias.....	43
<i>Guilherme Tanger Jardim</i>	
4.1. Noções gerais da tutela possessória.....	43
4.2. Proteção da posse em sede de cognição sumária (liminar possessória).....	46
4.3. Ações possessórias enquanto ações díplices.....	50
4.4. Fungibilidade entre os procedimentos possessórios.....	51
4.5. Cumulação de pedidos nas ações possessórias.....	52
4.6. Ações possessórias em espécie.....	54
4.6.1. Ação de manutenção de posse.....	54
4.6.2. Ação de reintegração de posse.....	55
4.6.3. Ação de interdito proibitório.....	59
5. Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares.....	62
<i>Hilbert Obara</i>	
5.1. Noções gerais.....	62
5.2. Particularidades.....	64
5.3. Procedimento da ação de demarcação.....	66
5.4. Procedimento da ação de divisão.....	67

6. Ação de dissolução parcial da sociedade personificada no processo civil contemporâneo.....	70
<i>Alexandra Mattos e Valternei Melo</i>	
6.1. Noções gerais.....	70
6.2. Elementos de direito material e direito processual para compreensão do tema.....	73
6.3. Principais aspectos da ação de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil.....	74
6.4. Hipóteses de cabimento e objetos da ação de dissolução parcial de sociedade.....	76
6.5. Legitimidades ativa e passiva para a ação de dissolução parcial de sociedade.....	79
6.6. Principais características do procedimento.....	81
7. Ação de inventário e partilha.....	85
<i>Augusto Tanger Jardim e Fernanda Nunes Barbosa</i>	
7.1. Considerações iniciais.....	87
7.2. Do inventário.....	99
7.3. Da partilha.....	103
7.4. Do arrolamento.....	105
8. Embargos de terceiros.....	105
<i>Dárcio Franco Lima Júnior</i>	
8.1. Objetivo.....	106
8.2. Legitimidade.....	108
8.3. Competência.....	109
8.4. Procedimento.....	111
9. Oposição.....	111
<i>Felipe Camilo Dall'Alba e Fernando Rubin</i>	
9.1. Noções gerais.....	113
9.2. Pressupostos.....	113
9.3. Procedimento.....	114
9.4. Legitimidade.....	115
9.5. Julgamento.....	115
10. Habilitação.....	117
<i>Felipe Camilo Dall'Alba</i>	
10.1. Noções gerais.....	117
10.2. Legitimidade.....	117
10.3. Procedimento.....	118
11. Homologação do penhor legal e regulação de avaria grossa.....	120
<i>Felipe Camilo Dall'Alba</i>	
11.1. Noções da homologação do penhor legal.....	120
11.2. Procedimento judicial do penhor legal.....	121
11.3. Via extrajudicial do penhor legal.....	121
11.4. Sentença que homologa ou não o penhor legal.....	122
11.5. Noções da regulação de avaria grossa.....	122
11.6. Procedimento da regulação de avaria grossa.....	122
12. Das ações de família.....	122
<i>Luis Alberto Reichelt e Ana Carolina de Oliveira Quintela</i>	
12.1. Noções Gerais.....	124
12.2. Classificação.....	124

12.3. A busca pela autocomposição de litígios e as ações de família.....	125
12.4. Procedimento.....	128
12.5. A prova nas ações ou incidentes de alienação parental.....	131
<i>Juliana Leite Ribeiro do Vale</i>	
13. Ação monitória.....	134
<i>Juliano Colombo</i>	
13.1. Cabimento.....	134
13.2. Procedimento: partes, causa de pedir e pedido.....	137
14. Da restauração de autos.....	140
<i>Guilherme Beux Nassif Azem</i>	
15. Procedimentos de jurisdição voluntária.....	144
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
15.1. Noções gerais.....	144
15.2. Fases lógicas e interessados (<i>partes</i>).....	145
15.3. Coisa julgada e recursos.....	147
15.4. Procedimentos nominados no artigo 725.....	149
15.4.1. Emancipação.....	150
15.4.2. Sub-rogação	152
15.4.3. Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos	155
15.4.4. Alienação, locação e administração da coisa comum	157
15.4.5. Alienação de quinhão em coisa comum	159
15.4.6. Extinção de usufruto, quando não decorrer da morte do usufrutuário, do termo da sua duração ou da consolidação, e de fideicomisso, quando decorrer de renúncia ou quando ocorrer antes do evento que caracterizar a condição resolutória	161
15.4.7. Expedição de alvará judicial	163
15.4.8. Homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor	166
16. Notificação e interpelação.....	168
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
16.1. Noções gerais.....	168
16.2. Procedimentos.....	174
17. Alienação judicial.....	174
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
17.1. Noções gerais.....	174
17.2. Procedimento.....	175
17.2.1. Avaliação dos bens.....	179
17.2.2. Melhor oferta e preço vil.....	181
18. Divórcio e separação consensuais, dissolução consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio.....	183
<i>Conrado Paulino da Rosa</i>	
18.1. Divórcio e separação consensuais.....	183
18.2. Dissolução consensual da união estável.....	187
18.3. Alteração do regime de bens no matrimônio.....	188
19. Testamentos e dos codicilos.....	193
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	

19.1. Noções gerais.....	193
19.2. Procedimento.....	193
20. Herança jacente.....	196
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
20.1. Noções gerais.....	196
20.2. Procedimento.....	197
21. Bens dos ausentes.....	201
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
21.1. Noções gerais.....	201
21.2. Procedimento.....	205
22. Coisas vagas.....	205
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
22.1. Noções gerais.....	205
22.2. Procedimento.....	208
23. Interdição.....	215
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
24. Tutela e curatela.....	215
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
24.1. Noções gerais.....	215
24.2. Procedimento.....	219
25. Organização e da fiscalização das fundações.....	219
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
25.1. Noções gerais.....	220
25.2. Procedimento.....	220
26. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	221
<i>Jefferson Carús Guedes</i>	
26.1. Noções gerais.....	222
26.2. Procedimento.....	225
27. Processo coletivo.....	225
27.1. Teoria geral do Processo Coletivo.....	225
<i>Jaqueleine Mielke Silva e José Tadeu Neves Xavier</i>	
27.1.1. Direitos/Interesses transindividuais.....	226
27.1.2. Princípiologia observada na tutela coletiva.....	231
27.2. Ação Civil Pública.....	240
<i>Jaqueleine Mielke Silva e José Tadeu Neves Xavier</i>	
27.2.1. Considerações gerais.....	240
27.2.2. Objeto.....	241
27.2.3. Legitimidade.....	241
27.2.3.1. Legitimidade do Ministério Público.....	241
27.2.3.2. Demais legitimados para a ACP.....	242
27.2.4. Aspectos procedimentais.....	243
27.3. Mandado de Segurança Coletivo.....	244
<i>Jaqueleine Mielke Silva e José Tadeu Neves Xavier</i>	
27.3.1. Considerações introdutórias.....	246
27.3.2. Legitimidade ativa para a impetracão do mandado de segurança coletivo ..	246

27.3.3. Aspectos procedimentais do Mandado de Segurança Coletivo.....	250
27.3.3.1. A liminar no Mandado de Segurança Coletivo.....	250
27.3.3.2. Litispendência e Mandado de Segurança Coletivo.....	251
27.3.3.4. A coisa julgada na ação de Mandado de Segurança Coletivo.....	253
27.3.3.5. A coisa julgada no Mandado de Segurança Coletivo e as ações individuais que estiverem em curso.....	255
27.4. Ação popular	256
<i>Gisele Mazzoni Welsch</i>	
27.4.1. Conceito e natureza jurídica.....	256
27.4.2. Origem e evolução histórica.....	256
27.4.3. Questões processuais	257
27.4.4. Análise jurisprudencial de pontos controversos	258
28. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	261
<i>Luis Alberto Reichelt</i>	
28.1. Introdução: o que são e como surgem as demandas repetitivas. As razões que levaram ao surgimento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	261
28.2. Dos requisitos de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	264
28.3. Sobre as possibilidades de participação no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	266
28.4. A tramitação do incidente e as intercorrências presentes nos outros processos individuais que aguardam pelo seu desfecho.....	268
28.5. O resultado do incidente: a produção de decisões dotadas de caráter vinculante.....	271
29. Incidente de assunção de competência.....	276
<i>Miguel do Nascimento Costa</i>	
29.1. Noções gerais.....	276
29.2. Natureza jurídica.....	278
29.3. Requisitos de aplicação e cabimento.....	279
29.4. Legitimação ou iniciativa.....	280
29.5. Efeitos.....	281
29.6. Processamento.....	282
Bibliografia.....	284